



SOCIEDADE

Um em cinco brasileiros mora em imóvel alugado

Pesquisa do IBGE mostra que número de locadores vem aumentando. Em 2000, era 12,3% da população e chegou a 20,9%, em 2022

» CAMILA CURADO

Uma a cada cinco pessoas no Brasil mora de aluguel. Os dados são da pesquisa preliminar do *Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios*, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse percentual de locadores era 12,3%, em 2000, e vem crescendo desde então. Em 2022, alcançou a marca de 20,9%.

Pelo lado de quem vive em casa própria, e conforme os dados do último Censo, 72,7% da população vivem em domicílios próprios (sejam comprados e quitados, em financiamento, herdados ou doados). A porcentagem era um pouco mais alta em 2000, chegando a 76,8%.

Em 5.553 dos 5.570 municípios, os moradores de domicílios próprios representam mais da metade de seus residentes. Em apenas um município, Lucas do Rio Verde (MT), mais da metade da população residia em domicílios alugados (52%). Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes, a maior proporção da população pagando aluguel foi registrada em Balneário Camboriú (SC), 45,2%, e a menor, em Cameté (PA), 3,1%.

Os pesquisadores do IBGE não sabem explicar os fatores por trás desse movimento. Isso porque nem todas as informações do Censo 2022 foram divulgadas — faltam, por exemplo, os dados de renda por domicílio, cruciais para essa análise. Mas arriscam algumas teorias.

“A gente não tem no Censo, nem em outras fontes de dados, algo que nos permita interpretar essas informações. Mas podemos dizer que é um processo nacional, que ocorre em praticamente todas as unidades da Federação, principalmente de 2010 a 2022. O fato de ser um processo bem disseminado no território nacional, nos leva a eliminar algumas causas, como políticas urbanas específicas e fluxos migratórios [estados que recebem mais migrantes tendem a ter percentuais maiores de locadores]”, explicou o pesquisador Bruno



É um processo nacional. O fato de ser um processo bem disseminado, nos leva a eliminar algumas causas, como políticas urbanas específicas e fluxos migratórios [estados que recebem mais migrantes tendem a ter percentuais maiores de locadores]”

Bruno Perez, responsável pela pesquisa

Mandelli Perez, responsável pelo levantamento.

O aumento do número de pessoas vivendo em imóveis alugados não é, necessariamente, um indicador de vulnerabilidade social, esclarece o pesquisador. Tanto é assim que a participação dos municípios com os maiores percentuais de imóveis alugados está, justamente, nas unidades da Federação mais ricas — como São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.

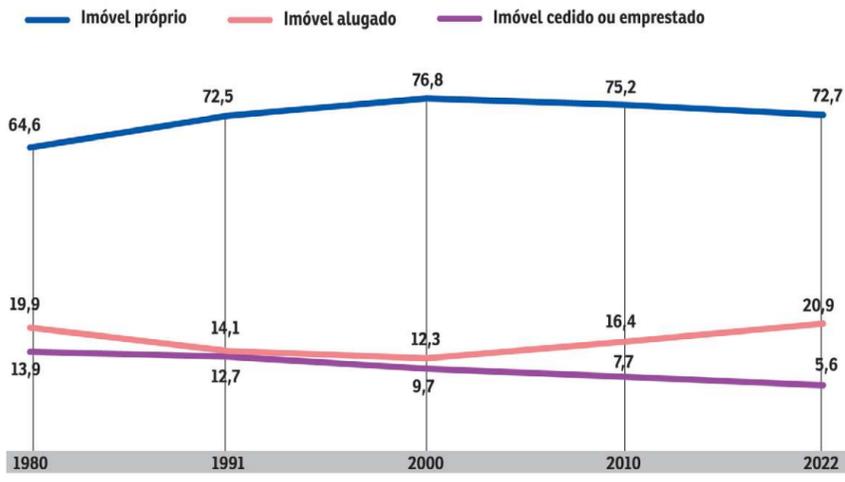
“Do ponto de vista individual, a maioria das famílias prefere ter algum patrimônio. Mas mudanças culturais podem ditar novas maneiras de acumular esse patrimônio, que não seja por meio da posse de uma casa”, observou Perez.

Desigualdade

Quanto a acessos a bens e serviços, os resultados continuam marcados pela desigualdade. Em 2022, quase 90% dos brasileiros residiam em endereços com acesso à internet. O Distrito Federal ocupa o primeiro lugar entre as unidades da Federação, em proporção de habitantes, com acesso à web — 96,2%. O Acre está abaixo da média nacional

A oscilação dos percentuais da moradia no país

Percentual de quem tem casa própria caiu entre 2000 e 2022. E o de locadores subiu no mesmo período



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

— 75,2%. É a primeira vez que um Censo Demográfico registra o número de brasileiros com acesso à internet no país.

Outro item observado nas residências foi a existência de máquina de lavar roupas. Ao levar esse item em consideração, o relatório expõe um dado curioso: a proporção de endereços com conexão à internet (89,4%) é maior do que aqueles com máquinas de lavar (68,1%).

Embora o eletrodoméstico esteja em menos de 70% dos imóveis do país, o número é o dobro daquele registrado em 2000 — 31,8%. Mais uma vez, há uma discrepância racial entre aqueles que não têm o utensílio: a maioria é composta de pretos e pardos (83,1%) e a minoria, de brancos e amarelos (29,7%).

Número de cômodos

Um dado que chama a atenção na pesquisa é o do aumento na subdivisão dos imóveis. Em 1970, 29,1% dos domicílios tinham até três cômodos, mas, em 2022, esse número caiu para 7%. Em casas com um repartição reside 0,2% da população; com dois, 1,5%; e com três, 5,3%. A porcentagem salta para 13,5% para aqueles em moradias de quatro cômodos, e 29,2% nas de cinco. A maior parte da população (50,3%) vive em domicílios com mais de seis aposentos — 44,4% ocupam moradias de seis a nove cômodos e 5,9% em imóveis com mais de 10.

Segundo a pesquisa, houve um aumento no número de brasileiros residindo em imóveis de alvenaria ou taipa, com revestimento nas paredes externas. Passou de 79%, em 2010, para 87%, em 2022. A quantidade de pessoas que vivem em habitações de madeira caiu de 6,9% para 4,1% no mesmo período.

O mesmo ocorreu com moradores em casas com paredes de alvenaria sem revestimento — em 12 anos, saíram de 11,6% para os 7,6%. Segundo Bruno Perez, os dados mostram uma evolução positiva nos lares “no sentido de ter mais estrutura, tanto do material usado nas habitações como do espaço”. (Com Agência Estado)

Trecho de obra do metrô desaba e dá susto em São Paulo

Paulo Pinto/Agência Brasil



O muro de uma obra da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo desabou, ontem, por volta do meio-dia, e abriu uma cratera. O acidente ocorreu no canteiro da futura estação Bela Vista, no centro da capital paulista. Não houve feridos e nem foi necessário que os moradores próximos deixassem seus imóveis. O acidente ocorreu durante a passagem da tuneladora — mais conhecidos como “tatuções”, são equipamentos que abrem buracos debaixo da terra

por meio de uma gigantesca broca, capaz de furar as rochas subterrâneas. A única construção atingida foi a do Teatro Ágora, mas, segundo os diretores da instituição, o desabamento só atingiu a área desativada — a casa segue funcionando em um imóvel vizinho. A Linha 6-Laranja tem 15 estações previstas, entre a Brasilândia (Zona Norte) e São Joaquim (região central). A concessionária pretende ampliar esse trajeto com mais seis estações.

VIOLÊNCIA

Blindados navais cercam hospital no Rio

» VANILSON OLIVEIRA
» JÚLIA PORTELA

A Marinha mobilizou blindados e fuzileiros navais para patrulhar a área em torno do Hospital Naval Marcílio Dias, no Lins de Vasconcelos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A medida foi tomada depois que a médica e capitã de mar e guerra Gisele Mendes de Souza Mello, de 55 anos, morreu dentro da unidade hospitalar, na terça-feira passada, vítima de um tiro que partiu do confronto entre policiais e traficantes do Complexo do Lins. Os militares não têm data para deixar a região.

“Esta operação foi cuidadosamente planejada, visando não apenas garantir a proteção do local, mas, também, minimizar impactos na rotina do cidadão de bem da cidade do Rio de Janeiro. Estamos preparados para tomar todas as medidas legais.

Pedro Teixeira/Estadão Conteúdo



Com a morte da capitã médica Gisele Mello, fuzileiros passam a proteger o hospital em que ela trabalhava

Mais de 250 militares são empregados na ação, que conta com o apoio de 18 viaturas da Força até o momento, incluindo oito blindados”, explicou o comandante do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, capitão de mar e guerra Dirlei Donizete.

Segundo a Marinha, a operação é para “garantir a segurança

da tripulação e dos usuários do Hospital Naval Marcílio Dias, na área sob sua jurisdição, adjacente àquela organização militar, até o limite máximo de 1.320 metros do seu perímetro”.

A capitã foi atingida por uma bala de fuzil na cabeça durante um confronto entre policiais da Unidade de Polícia Pacificadora

(UPP) do Complexo do Lins e traficantes da Comunidade do Gambá. Gisele foi socorrida por colegas e submetida a uma cirurgia, mas não resistiu ao ferimento. Ela estava participando de um evento no auditório da Escola de Saúde do hospital quando foi atingida. A médica era superintendente de saúde do hospital.

SEGURANÇA

No STF, 4 ministros reconhecem poder de polícia das GCMs

» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal começou ontem a analisar uma ação que discute se os municípios têm competência legislativa de atribuir às guardas municipais “poder de polícia”. A Câmara Municipal de São Paulo recorreu ao STF depois de o Tribunal de Justiça do estado (TJ-SP) declarar inconstitucional uma lei que dava à Guarda Civil Metropolitana (GCM) poder de policiamento preventivo e comunitário.

O relator da ação, ministro Luiz Fux, tinha apresentado seu voto em 23 de outubro, mas reforçou sua decisão a favor do recurso da Câmara paulistana. “É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício das atribuições de policiamento preventivo comunitário em cooperação com os demais órgãos de segurança pública no âmbito de suas respectivas competências”, salientou.

O ministro Dias Toffoli acompanhou Fux. Na sequência, Flávio Dino reforçou a posição do relator. E destacou que a Lei 13.775, que regulamenta o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), inclui a guarda municipal no dispositivo de segurança pública.

“Não existe segurança pública no Brasil sem que haja a constituição de uma polícia de proximidade comunitária. Apenas as polícias estaduais no Brasil não conseguem fazer isso”, observou.

O ministro André Mendonça também acompanhou Fux, baseando-se no fato de que a Constituição prevê que “segurança é um valor supremo no Estado Democrático”. A divergência foi aberta por Cristiano Zanin — segundo ele, “estar [a GMC] no Sistema Único de Segurança Pública não implica equipará-las às polícias”.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi